

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

LIEI 13.709/2018

ENTROU EM VIGOR EM 2020

APLICA-SE A PESSOA FÍSICA E JURÍDICA
PROFISSIONAIS AUTONOMOS
EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS

APLICA-SE PARA MEIOS FÍSICOS E DIGITAL

DADO PESSOAL

TODA E QUQU INFORMACÃO QUE IDENTIFICA OU POSSA IDENTIFICAR UMA PESSOA
NÃO PROTEGE PESSOA JURÍDICA
CADASTRO DE PESSOAS COMO CLIENTES, FUNCIONÁRIOS, ENDEREÇO IP COM
GEOLOCALIZAÇÃO, DADOS FINANCEIROS E DADOS DE CONSUMO

DADO PESSOAL SENSÍVEL – DADOS QUE TEM ALGUM CUNHO DISCRIMINATÓRIO COMO
ORIGEM RACIONAL E ÉTNICA, CONVICÇÃO RELIGIOSA, OPINIÃO POLITICA, FILIAÇÃO SINDICAL,
DADOS DE SAÚDE, VIDA SEXUAL, GENÉTICA OU BIOMETRIA.

DADO ANONIMIZADO – NÃO É PROTEGIDO – DADOS QUE NÃO REVELAM A PESSOA, SÃO
UTEIS NA ÁREA DE PESQUISA

TRATAMENTO – QUALQUER OPERAÇÃO REALZIADA COM DADOS PESSOAIS NLCUINDO
COLETA, PRODUÇÃO RECEPÇÃO, UTILIZAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARQUIVAMENTO, ELIMINAÇÃO,

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ORGÃO FISCALIZADOR

CONTROLADOR – QUEM É O TITULAR DOS DADOS PESSOAIS (EX: EMPRESA COM OS DADOS DE
SEUS FUNCIONÁRIOS) ELA QUE DECIDE COMO OS DADOS PESSOAIS SERÃO TRATADOS.

OPERADOR – QUEM TRABALHA COM OS DADOS PESSOAIS (EX: QUEM FAZ FOLHA DE
PAGAMENTO TERCEIRIZADA)

RESPNSABILIDADE SOLIDÁRIA CASO HAJA DESRESPEITO

O OPERADOR RESPONDE SOLIDARIAMENTE QUANDO NÃO OBEDECER AS REGRAS DO
CONTROLADOR OU DESOBEDECER A LGPD

ENCARREGADO – É A PESSOA INDICADA PELO CONTROLADOR E OPERADOR PARA ATUAR
COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE O CONTROLADOR, O TITULAR DOS DADOS E A NPD

PRINCIPIOS

1) FINALIDADE – OS DADOS PESSOAIS SOMENTE PODERÃO SER TRADADOS PARA PROPOSITOS
LEGITIMOS ESPECIFICOS E EXPLICITOS INFORMADOS AO TITULAR

2) ADEQUAÇÃO – OS DADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM AS FINALIDADES INFORMADAS AO TITULAR

3) TRANSPARENCIA – OS TITULARES DEVEM RECEBER INFORMAÇÕES CLARAS E PRECISAS E FACILMENTE ACESSÍVEIS SOBRE A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO, PRECISA INFORMAR TUDO O QUE VÃO FAZER COM OS DADOS DO TITULAR

EX: UMA EMPRESA FEZ UM PROCESSO SELETIVO, LOGO APÓS TODOS OS CANDIDATOS RECEBERAM CARTÃO DE CRÉDITO DA MESMA EMPRESA DO GRUPO, HOUVE UM CLARO ESQUIVO DE FINALIDADE

4) NECESSIDADE – O TRATAMENTO DEVE SER LIMITADO AO MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DE SUAS NECESSIDADES (DEVE COLETAR SOMENTE OS DADOS PESSOAIS NECESSÁRIOS)

5) LIVRE ACESSO – OS TITULARES PODERÃO CONSULTAR DE FORMA FACILITADA E GRATUITA SOBRE A FORMA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO DE SEUS DADOS

6) QUALIDADE DOS DADOS – GARANTIA AOS TITULARES DA EXATIDÃO CLAREZA RELEVÂNCIA E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS

7) SEGURANÇA – DEVERÃO SE UTILIZAR DE MEDIDAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS PARA PROTEGER OS DADOS PESSOAIS

8) PREVENÇÃO – DEVERÃO ADOPTAR MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA A OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DO TRATAMENTO DE DADOS

9) NÃO DISCRIMINAÇÃO – PROIBIÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PARA FINS DISCRIMINATÓRIOS, ILÍCITOS OU ABUSIVOS

10) RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELACIONADO À CAPACIDADE DOS AGENTES DE TRATAMENTO A DEMONSTRAR QUE ESTÃO UTILIZANDO MEDIDAS EFICAZES E CAPAZES DE COMPROVAR A OBSERVÂNCIA E O CUMPRIMENTO DA LGPD

REQUISITOS

EXISTEM 10, MAS A EMPRESA PRECISA COMPROVAR PELO MENOS UM DESSES REQUISITOS, SÃO CHAMADOS DE BASES LEGAIS

1 – CONSENTIMENTO DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS É DEFINIDO PELA LGPD COMO A MANIFESTAÇÃO LIVRE INFORMADA E INEQUÍVOCA DO TITULAR

2 – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA DO CONTROLADOR, PORTANTO VÃO LEGITIMAR O TRATAMENTO DE DADOS

3 – EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – TRATAMENTO DE DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

4 – REALIZAÇÃO DE ESTUDOS POR ÓRGÃOS DE PESQUISA – SE A EMPRESA FOR PRIVADA SÓ PODE SER SEM FINS LUCRATIVOS

A LGPD DEIXOU CLARO QUE OS DADOS PERTENCEM AO TITULAR

DIREITOS ASSEGURADOS

- ACESSO AOS DADOS
- CORREÇÃO
- CONFIRMAÇÃO DA EXISTENCIA DO TRATAMENTO
- INFORMAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO

O TITULAR PODERÁ PROCURAR A EMPRESA, POELO CANAL QUE ELA DISPONIBILIZAR E QUESTIONAR QUAIS DADOS A EMPRESA TRATA DELE, SE A EMPRESA TRATA, QUAL A FINALIDADE, COM QUEM A EMPRESA COMPARTILHA OU COMPARTILHOU OS DADOS E PEDIR UMA CÓPIA DAS INFORMAÇÕES.

A LEI VEIO PRA TRAZER UMA REGRA DE COMO DEVEM SER TRATADOS DADOS PESSOAIS, PARA PROTEGER O VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS

OCORREU NO FACEBOOK, TEM UMA LEI EUROPEIA

TRATAMENTO É COLETA , ARMAZENAMENTO, QUANDO DEVE SER EXCLUIDO OS DADOS PESSOAIS DENTRO DA LEI

PROTEGE DE ALGUMA FORMA OS DADOS PESSOAIS , PESSOAS NATURAIS, FÍSICAS

OO TITULAR OD DIREITO DESSA LEI É A PESSOA FÍSICA

QUANDO FAÇO UM CADASTRO EM UMA EMPRESA, ATÉ UMA COMPRA ON LINE ESTÃO PROTEGIDOS POR ESSA LEI, ESSAS EMPRESAS TEM QUE OBEDECER A LEI